



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA**

ESTADO DE SÃO PAULO

### **LEI Nº 267/2001 de 27 de abril de 2001**

“Dispõe sobre a Reorganização da Prefeitura Municipal de Ribeira, que reestrutura o quadro de pessoal, extingue cargos, cria empregos públicos, fixa remuneração e da outras providências”

O Sr. Jonas Dias Batista, Prefeito Municipal de Ribeira Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º. – É de natureza Celetista, ou seja, com o amparo da Consolidação das Leis do Trabalho, o regime jurídico do funcionário face à administração da Prefeitura Municipal de Ribeira, regime já adotado pela lei N.º 177/94, de 14/06/1994

Artigo 2º. - Os empregos públicos criados por esta lei, passam a obedecer ao sistema aqui estabelecido.

Artigo 3º. – Os empregados públicos para efeito desta lei, são pessoas legalmente investidas no emprego público, por exame seletivo, nos moldes de concurso público.

Parágrafo Único – No edital de seleção para os empregos públicos, a Comissão Executiva do concurso seletivo, fará constar o necessário grau de instrução para os respectivos empregos.

Artigo 4º - Os empregos públicos de comissão ou de confiança, são aqueles regulados no artigo 6º. , inciso II.

Artigo 5º - Para os efeitos da presente lei

I – Emprego público é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidas a uma pessoa, criados por lei, com denominação própria, em numero certo, e remuneração específica.

II – Classe é o agrupamento de empregos públicos, da mesma natureza funcional e do mesmo grau de responsabilidade.

III – Remuneração consiste na soma das parcelas devidas ao empregado público a título de salários e de outras vantagens pecuniárias.

#### **DA ADMISSÃO**

Artigo 6º. – O emprego público, quanto a forma de admissão, poderá ser:

I – Por meio de exame seletivo (concurso) na forma de provas escritas, orais e práticas, com as garantias asseguradas pela C.L.T.

II – Em comissão ou de confiança declarados em lei, sendo de livre nomeação exoneração pelo prefeito municipal.

III – Por contrato por tempo determinado, para atender necessidade temporária e de emergência. Na área de saúde, educação, obras e administração, devidamente justificados no termo do contrato, nos moldes do permitido pelo artigo 37, inciso IX da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os empregos públicos de comissão ou de confiança ou citados no item II, anterior, não é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – C.L.T., ou qualquer outro regime jurídico, pois sua natureza é de caráter exclusivamente político, sem vínculo empregatício entre a Prefeitura Municipal de Ribeira e o empregado público.